



**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

LINHA DE PESQUISA
Transformações econômicas e processos de urbanização

FLÁVIO DANIEL DA SILVA

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO MUNICÍPIO
DE BANANEIRAS/PB**

GUARABIRA – PB

2012

FLÁVIO DANIEL DA SILVA

**CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO MUNICÍPIO
DE BANANEIRAS/PB**

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau de **Licenciado em Geografia**, sob orientação do Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa.

GUARABIRA – PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

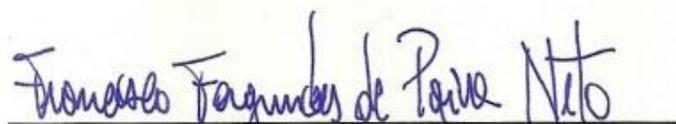
S587c	Silva, Flávio Daniel da
	Crescimento econômico e pobreza no município de Bananeiras-PB / Flávio Daniel da Silva. –
	Guarabira: UEPB, 2012.
	46.:il.;Color.
	Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.
	Orientação Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa.
	1. Crescimento Econômico 2. Pobreza
	3. Segregação Socioespacial I.Título.
	CDD.22.ed. 338.9

FLÁVIO DANIEL DA SILVA

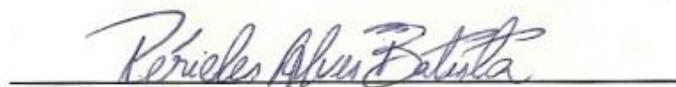
**CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO MUNICÍPIO DE
BANANEIRAS – PB**



Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa
Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Orientador



Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto
Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Examinador



Ms. Péricles Alves Batista
Professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
Examinador

Aprovado em 04 de Dezembro de 2012

À minha família,
em especial, a minha mãe Maria do Socorro e minha
avó Maria do Carmo,
pessoas que amo eternamente!
E que agradeço pelo amor incondicional que sempre
me proporcionaram,
mesmo com todas as dificuldades e obstáculos.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, pela força que me dá a cada dia para lutar pelos meus ideais,
por todo amor, paz, pela força.

Agradeço a minha família por todo o incentivo que me foi passado para correr atrás
dos meus sonhos, pela força dada sempre.

Agradeço ao grande mestre do saber, meu orientado, meu professor e meu amigo, o
grande professor Fábio, por todo incentivo e paciência.

Agradeço aos membros da banca examinadora, professores Francisco Fagundes e
Péricles Alves, por terem aceitado avaliar este trabalho. As observações de vocês
contribuirão para o seu aperfeiçoamento.

Aos meus grandes e eternos amigos da UEPB que por praticamente 5 anos fizeram
parte importante da minha vida, em especial José Jaciélio e Jackson Leandro, bem
como os demais integrantes que fizeram parte da turma 2008.1 de geografia:
Antoniél Tertuliano, Aldeneide Fidelis, Alexandre Araújo, Aline Machado, Anacleto
Farias, Everson Nunes, Ezequiel Júnior, Francisco de Assis Galdino, Gilvando
Nunes, José Rufino, Lenilson Félix, Maria de Fátima, Maria Valéria, Paulo Alves,
Roberto Costa, Roberto da Silva, Rosilene Tibúrcio, Severino Damião, Stanus
Sousa, Wandemberg da Silva, Wandson Silva e Willame Walkiria.

Agradeço também a todos os meus professores que nesse período ajudaram-me
incansavelmente em busca do conhecimento.

A todos que fazem a UEPB campus III.

“Para criar inimigos não é necessário declarar guerra,
basta dizer o que pensa.”.

Martin Luther King

043 – GEOGRAFIA

Linha de Pesquisa:

Transformações Econômicas e Processos de Urbanização

CRESCIMENTO ECONÔMICO E POBREZA NO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS/PB

AUTOR: Flávio Daniel da Silva

ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa

BANCA EXAMINADORA: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto
Prof. Ms. Péricles Alves Batista

RESUMO

Para alguns estudiosos, a exemplo de Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade e Milton Santos, o crescimento econômico deveria proporcionar o desenvolvimento de toda uma nação de forma equitativa, contrariando o que realmente ocorre, principalmente pela forma como age o sistema capitalista, que cria uma enorme desigualdade na distribuição de renda. Assim sendo, percebe-se nitidamente o crescimento da economia e o aumento da pobreza, uma vez que a reprodução ampliada do capital inibe ou suprime a transferência de renda para os menos favorecidos. Com efeito, a desigualdade social ainda é significativa, o que aumenta consideravelmente a proporção de pobres, tanto no Brasil quanto no restante do mundo. O município de Bananeiras, objeto de investigação dessa pesquisa, nos últimos anos vem apresentando um grande salto em sua economia, com o desenvolvimento do turismo e com os investimentos na implantação de loteamentos e condomínios fechados, embora os efeitos não beneficiem todos os seus habitantes. Na verdade, esses empreendimentos pertencem e/ou são habitados em sua grande maioria por pessoas oriundas de outras cidades e até mesmo de outros estados da federação, o que mostra que o poder aquisitivo da maioria da população não permite o acesso a esses luxuosos ambientes que foram desenvolvidos para atender aos turistas. É possível observar que houve um pequeno aumento na geração de emprego e renda, no entanto as melhores oportunidades estão sendo ocupadas por pessoas de fora do município, pois a falta de qualificação exclui os cidadãos dessa fatia do mercado de trabalho. Nota-se também que é preciso maior investimento do poder público para suprir algumas carências enfrentadas pela população de baixa renda: melhorias no saneamento básico (água tratada, coleta de esgoto, destino do lixo), no serviço de saúde, na educação e segurança, nas políticas habitacionais, etc. Por fim, gostaríamos de deixar registrado que não somos contrários à chegada desses empreendimentos, mas acreditamos que o poder público seja capaz de promover a inclusão das pessoas da localidade através da geração de emprego, da qualificação para o mercado de trabalho e da melhoria do sistema de ensino.

Palavras-chave: Crescimento econômico, pobreza, segregação socioespacial.

043 - GEOGRAPHY

Research Line:

Economic Transformations and Urban Development Processes

ECONOMIC GROWTH AND POVERTY IN THE CITY BANANEIRAS/PB

AUTHOR: Flávio Daniel da Silva

ADVISOR: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa

Examining Board: Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto
Prof. Ms. Pericles Alves Batista

ABSTRACT

For some scholars, like Celso Furtado, Manuel Correia de Andrade and Milton Santos, economic growth should enable the development of an entire nation equally, contrary to what actually occurs, acts primarily by how the capitalist system, which creates a tremendous inequality in income distribution. Thus, one sees clearly the economic growth and increasing poverty, since the expanded reproduction of capital inhibits or suppresses the income transfer to the poor. Indeed, social inequality is still significant, which greatly increases the proportion of poor, both in Brazil and in the rest of the world. The town of Banana, the object of investigation of this research in recent years has shown a big jump in its economy, with tourism development and investment in the deployment of subdivisions and condominiums, although the effects do not benefit all its inhabitants. In fact, these enterprises are owned and / or are inhabited mostly by people from other cities and even other states of the federation, which shows that the purchasing power of the majority of the population does not allow access to these luxurious environments were developed to cater to tourists. You can see that there was a small increase in the generation of employment and income, but the best opportunities are being filled by people from outside the municipality, because the lack of qualification excludes citizens of this slice of the labor market. Note also that we need greater investment of public power to meet some needs faced by low-income population: improvements in sanitation (clean water, sewage, garbage disposal), in health care, education and safety, housing policies, etc. Finally, we would like to go on record that we are not opposed to the arrival of these developments, but we believe that the government is able to promote the inclusion of local people through employment generation, qualification for the labor market and improving the system education.

Keywords: Economic growth, poverty, socio-spatial segregation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 Crescimento Econômico	12
2.2 Insegurança Alimentar	18
2.3 Segregação Socioespacial	23
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
3.1 Localização e Caracterização do Município	25
3.2 Resultados da Pesquisa de Campo	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	37
ANEXO	43

1. INTRODUÇÃO

Ultimamente o que se observa nos noticiários são perspectivas de grandes saltos na economia de muitos países emergentes, com elevadas taxas de crescimento, inclusive no Brasil. Em contrapartida, as desigualdades sociais não diminuem como seria a mais provável reação do desenvolvimento, aumentando em todo o país a pobreza, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste (MENDES, 2011).

Segundo a autora supracitada, o “atual modelo de crescimento econômico gerou enormes desequilíbrios; por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia”. Ao se reportar ao Brasil, Moreira *et. al.* (2009, p. 2) enfatizaram que:

A evolução histórica da economia brasileira é caracterizada por um processo de concentração de renda, que tem persistido mesmo com alterações na política econômica e flutuações no desempenho econômico. Mesmo com os picos de elevadas taxas de crescimento econômico e com os avanços tecnológicos que o país experimentou, os índices de pobreza persistiram entre os mais altos do mundo, limitando o próprio processo de desenvolvimento socioeconômico do País.

Dessa forma, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2001) a sobrevivência de mais da metade da população economicamente ativa no Brasil depende do setor informal. “Situações de vulnerabilidade, de instabilidade e deriva social e econômica são constantemente recriadas pela reestruturação produtiva” (CATTANI, 2010, p. 4).

O país vem confirmando, infelizmente, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados níveis de pobreza. Para Barros *et. al.* (2000), o Brasil tem um desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social. Enfatiza também o fato de que não se trata de um país pobre, mas sim um país contendo muitos pobres, fruto de uma perversa desigualdade na distribuição de renda, bem como nas oportunidades de inclusão socioeconômica.

A pobreza alcança a maioria ou ao menos parte considerável da população, não só em países com economia predominantemente rural e desenvolvimento econômico incipiente, mas também em países relativamente desenvolvidos onde a riqueza produzida é mal distribuída (MONTEIRO, 2003, p. 4).

Pesquisa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, mostrou que a maior parte da riqueza produzida na Paraíba ficou concentrada em 15 municípios. O Produto Interno Bruto (PIB) dessas cidades somou R\$ 13,9 bilhões, o que representou 70% de todo o Produto Interno Bruto do Estado da Paraíba naquele ano.

Segundo o IBGE (2010), o município de Bananeiras, objeto desta pesquisa, está localizado na Mesorregião do Agreste Paraibano e na Microrregião do Brejo Paraibano. Sua população é de 21.851 habitantes, distribuída em uma área de 258 km², apresentando uma densidade demográfica de 84,72 hab./km². Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.599, segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000). A incidência de pobreza ou, de maneira mais direta, a sua taxa de pobreza é de 58,12%, ou seja, mais da metade da população vive em condições precárias.

O tema proposto para análise é de suma importância em função do caráter atual. Além disso, torna-se oportuno informar à população do município a real situação do quanto a economia vem crescendo nos últimos anos, mas que, por outro lado, não tem repercutido em melhorias para todos os habitantes.

Diversos são os fatores responsáveis por esse crescimento econômico, dentre os quais se pode citar o desempenho do setor de serviços, com destaque para os ramos imobiliário e turístico. Com efeito, a análise desses fatores é de fundamental importância, uma vez que Bananeiras possui uma elevada taxa de pobreza, cabendo ao poder público municipal promover políticas de inclusão social através da geração de emprego e renda, não esquecendo, é claro, da adoção de programas de educação para todas as faixas de idade.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Analisar o crescimento econômico do município de Bananeiras e os contrastes observados na paisagem urbana (fenômeno da exclusão social).

Objetivos Específicos:

- Identificar quais os fatores responsáveis por esse crescimento;
- Mostrar as distorções relacionadas à expansão imobiliária e a real situação da classe menos favorecida economicamente;
- Compreender porque a taxa de pobreza ainda é muito elevada no município;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diversas etapas foram utilizadas para a construção dessa monografia, proporcionando um maior aprofundamento sobre o tema aqui proposto. Foram elas:

- **Pesquisa de gabinete**, na qual foram levantadas informações bibliográficas em livros, artigos científicos, dicionários técnicos, jornais, etc.; foram coletados dados estatísticos sobre a população do município; foram feitas tabulações e análises desses dados, além da construção do trabalho propriamente dito.
- **Pesquisa de campo**, espaço reservado para a análise investigativa através de questionários aplicados junto à população alvo da pesquisa. Nessa fase foi feita também uma ampla cobertura fotográfica.

2. Revisão da Literatura

2.1 Crescimento Econômico

Para alguns estudiosos, a exemplo de Celso Furtado e Manuel Correia de Andrade, o crescimento econômico deveria proporcionar o desenvolvimento de toda uma nação de forma equitativa, contrariando o que realmente ocorre, principalmente pela forma como age o sistema capitalista, que por sua vez cria uma enorme desigualdade na distribuição de renda.

Como evidência da concentração, as 100 maiores corporações mundiais detêm 35% do estoque global de investimentos diretos e 80% do fluxo de pagamentos internacionais de *royalties e fees*¹ (DUPAS, 1996). Os líderes da produção global estão reduzidos a algumas dezenas. Até em setores como o automobilístico, tradicionalmente menos concentrado, os cinco maiores fabricantes já detêm mais de 40% da produção mundial (DUPAS, 1998).

O autor supracitado destaca ainda que o sistema capitalista elabora formas sutis para continuar acumulando riqueza:

[...]. O capitalismo atual tem garantido a continuidade de sua dinâmica de acumulação, apesar do desemprego estrutural crescente. A queda do preço dos produtos globais incorpora porções crescentes da população ao consumo de bens ou serviços, antes restritos às frações com maior poder aquisitivo. Essa incorporação ocorre não necessariamente pelo incremento da renda, mas pela possibilidade de adquirir mais bens com a mesma renda (DUPAS, 1998, p. 7).

Os países desenvolvidos sempre apresentaram um crescimento expressivo, mas atualmente estão passando por uma recessão devido a uma crise mundial na economia. Em contrapartida, as economias emergentes, como é o caso do Brasil e da China, ainda estão exibindo níveis de crescimento.

Recentemente o Brasil se tornou a sexta maior economia do planeta, desbancando a Grã-Bretanha (**Quadro 1**), embora seja um dos países de maior concentração de renda, ostentando grande desigualdade social. Segundo dados do centro de estudos econômicos (*Economist Intelligence Unit – EIU*), ligado à tradicional revista britânica *The Economist*, o país poderá perder a posição

¹ *Royalties e fees*: pagamento de direitos relacionados a uma licença ou uso de marca (DUPAS, *op. cit.*).

alcançada no início do ano devido às modestas taxas de crescimento, uma vez que a Grã-Bretanha vem se recuperando. Ainda de acordo com a revista, o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirmou que a economia brasileira deve encerrar o ano com um PIB de 2,449 trilhões de dólares, enquanto o da Grã-Bretanha deve chegar a 2,452 trilhões de dólares (COSTA, 2012).

Quadro 1
Ranking das Maiores Economias Mundiais (2011)

Posição	País	US\$ BILHÕES
1º	EUA	15.094
2º	China	7.298
3º	Japão	5.922
4º	Alemanha	3.579
5º	França	2.778
6º	BRASIL	2.473
7º	Reino Unido	2.419

Fonte: Abril Cultural *apud* Folha de São Paulo, 2012.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desde o fim da recessão de 2003 a economia brasileira cresceu em todos os anos, compondo uma taxa acumulada de 40,7% até 2011. Neste ínterim, a taxa de crescimento do *PIB per capita* acumulada foi de 27,7%, sendo superada em 13 pontos percentuais pela renda da PNAD (IPEA, 2012).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) destacou ainda:

Entre maio de 2002, próximo ao início das novas séries da PME, e maio de 2008, antes da crise, a renda per capita real PME cresceu 2,7% ao ano. Daí, até maio de 2009 avança 0,5% no ano (função da crise internacional de 2008). De maio de 2009 em diante, o crescimento da renda média acelera e depois desacelera. Quando consideramos os 12 meses compreendidos entre maio de 2011 e maio de 2012, o crescimento é de 6,5%. Por fim, apresentamos uma visão do crescimento médio acumulado ao longo do último ano, entre janeiro e agosto de 2012, que aponta crescimento de 4,6% em oito meses, quando comparado ao mesmo período do ano anterior (IPEA, *op. cit.*, p. 10).

Mesmo apresentando sensível melhoria em seus indicadores econômicos, o país ainda abriga uma grande proporção de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza.

Por sua vez, a pobreza representa um fenômeno social muito amplo e complexo, uma vez que existem várias opiniões sobre o seu significado. De acordo com o dicionário Aurélio a pobreza quer dizer estado ou qualidade de pessoa pobre, ou seja, aquela que não tem o necessário à vida, sem dinheiro ou meios para a sua sobrevivência.

Silva (2010) enfatiza que “o pressuposto da carência, da escassez de meios de subsistência é recorrentemente utilizado para qualificar a pobreza estrutural e a desvantagem em relação a um padrão ou nível de vida dominante”.

Ainda segundo a autora, “[...] a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo”. Assim sendo, a acumulação do capital surge como o fator de maior impacto, responsável pela pobreza da população brasileira.

Para Ferreira (2008, p. 3):

A literatura aponta que o Brasil ocupa o oitavo lugar em concentração de renda no mundo, e ainda aproximadamente 47% da renda são apropriados pelos 10% mais ricos, enquanto os 50% mais pobres ficam com 12,7% da renda. Em 2001, as pessoas que compunham os 10% mais ricos detinham uma renda 3,7 vezes maior do que toda a renda dos 50% mais pobres (Ferreira; Souza, 2004a). Outra importante verificação dos pesquisadores na área [(Ferreira; Souza, 2004a); Medeiros (2006); Barros et al. (2006)] é a de que o índice de Gini vem desacelerando no pós-1990, mais intensamente nos anos iniciais do século XXI.

Segundo Cattani (2010), tanto em perspectivas teóricas críticas quanto liberais, a pobreza tem sido historicamente conceituada como insuficiência de renda e carência de recursos materiais necessários à vida. Partindo desta mesma ideia, Dupas (2001, p. 5) entende a pobreza como:

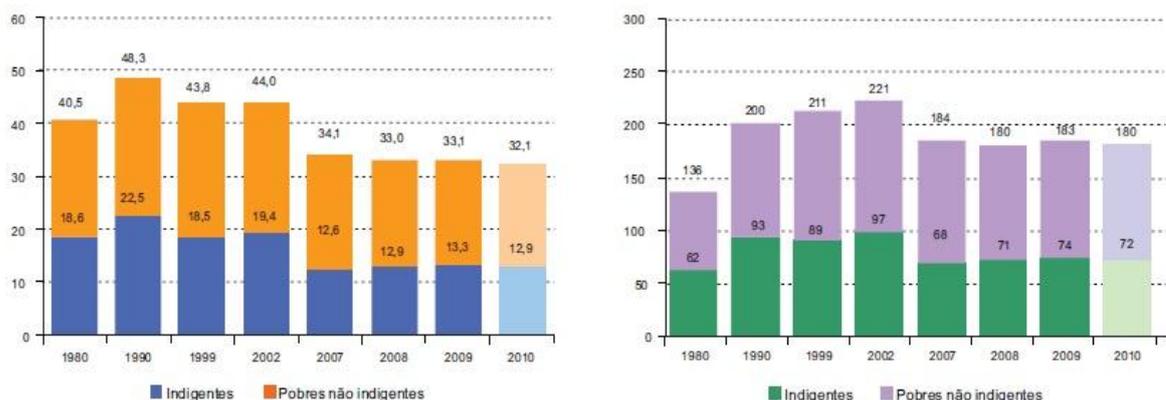
[...] a incapacidade de satisfazer necessidades básicas. Do ponto de vista da renda, pobres são aqueles cuja renda não alcança a indicada pela linha da pobreza. Ao considerar a pobreza como principal dimensão da exclusão, joga que o enfoque mais conveniente é a pobreza vista como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna.

Convém salientar que o Brasil vem alcançando reduzir a quantidade de pessoas pobres devido aos programas assistenciais de transferência de renda. Recentemente o IPEA (2012) divulgou dados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2011), mostrando que a desigualdade de renda no Brasil vem diminuindo continuamente desde 2001. Entre 2001 e 2011, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou 16,6% em termos acumulados, enquanto a renda dos mais pobres cresceu notáveis 91,2% no período.

Esta realidade também pode ser observada no continente latino-americano, em relação ao número de pobres e miseráveis. Segundo o Panorama Social da América Latina, o total de pobres latino-americanos que era de 136 milhões em 1980 (40,5% da população), passou, 22 anos depois, para 221 milhões (44%) (CEPAL, 2003). Em dados atuais (2009), a incidência da pobreza alcançou 33,1% da população da região, incluindo 13,3% de pessoas em condições de pobreza extrema ou indigência. Estes números se traduzem em 183 milhões de pessoas pobres e 74 milhões de indigentes (CEPAL, 2010) **(Gráfico 1)**.

Gráfico 1

América Latina: evolução da pobreza e da indigência (1980-2010)*



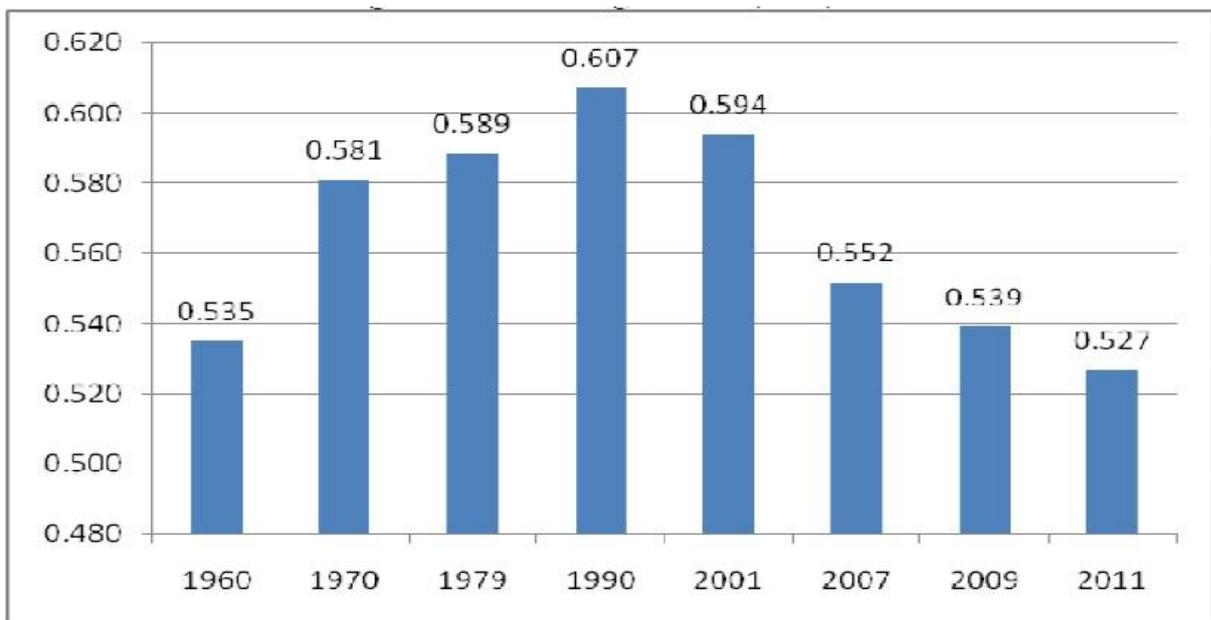
Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

*Estimativa correspondente a 18 países da região mais o Haiti. As cifras colocadas sobre as seções superiores das barras representam a porcentagem e o número total de pessoas pobres (indigentes e pobres não indigentes).

Especificamente falando, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) levantou dados que demonstram que a renda do brasileiro cresceu 63,61%, quase duas vezes mais rápido que os 32,2% da média de renda na década passada. Sendo que no Nordeste, ela subiu 72,8% contra 45,8% do Sudeste. Similarmente, a renda cresceu mais nas áreas rurais pobres, 85,5%, contra 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades (IPEA, 2012).

Analisando o Índice de Gini, o instituto supracitado informou que o Brasil atingiu em 2011 seu menor nível de desigualdade na renda, desde os registros nacionais iniciados em 1960 (**Gráfico 2**), embora a desigualdade no país ainda permaneça entre as 15 maiores do mundo.

Gráfico 2
Brasil: visão de longo prazo da desigualdade (Índice de Gini)



Fonte: IPEA a partir dos microdados da PNAD, PME e Censo / IBGE e Langoni 1973.

Mesmo diante de uma queda na concentração da renda a partir do ano de 2007, a exclusão social no Brasil ainda é grande, se apresentando polissêmica e multifacetada em suas variações e nuances (CAPAVERDE, 2007). De acordo com Rogers *apud* Dupas (1999, p. 25):

A exclusão, em sua essência, é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a

exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, a bens e serviços, e também à falta de segurança, justiça e cidadania. Assim, observa-se que a exclusão se manifesta no mercado de trabalho (desemprego de longa duração), no acesso à moradia e aos serviços comunitários, a bens e serviços públicos, à terra, aos direitos etc.

O sistema capitalista, que se sustenta na acumulação incessante de capital, em tempos de *globalização* agravou ainda mais a exclusão. Assim sendo, “[...] a globalização assume o estatuto de uma categoria articuladora do pensamento e da análise a indicar a abrangência e a radicalidade das mudanças” (PORTO, 2000, p. 2). Nas palavras de Beinstein *Apud* Santos (2001, p. 1):

O hiperconsumismo e a avalanche especulativa postergaram, amorteceram a crise de superprodução, ao longo da década de 1990. Sua música triunfalista embriagou os neoliberais, mas, ao se aproximar o ano 2000, a desaceleração econômica mostrava sua face. O sistema exclui e culpabiliza, criminalizando o excluído, liberando de culpa os demais, os integrados, em especial as cúpulas dominantes, legitimando seus comportamentos, suas estratégias econômicas e privilégios.

Segundo Santos (2001), no discurso das classes dominantes os indivíduos são culpados pela própria exclusão e as sociedades periféricas são consideradas as principais responsáveis pela situação de atraso. Ainda de acordo com a autora, a “incompetência e corrupção das elites” são consideradas, pelos novos teóricos da modernização, como a principal explicação para a situação de dependência dos países periféricos.

A exclusão social geralmente vem sendo tratada no Brasil a partir de um enfoque relacionado à restrição de renda. São definidas linhas de pobreza e a partir de então estruturados programas de transferência de renda, que muitas vezes desconsideram a realidade mais ampla do mercado de trabalho e da exclusão social.

Na visão de Pochmann (2004), pouca prioridade tem sido dada aos novos processos de geração de exclusão social, bem como à relação entre exclusão social e concentração de renda.

O autor ainda frisa que:

Desta forma, a exclusão social, tanto a velha como a nova, somente pode ser entendida a partir de uma compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, de “desestabilização dos estáveis” que traz para parcelas crescentes da sociedade brasileira sua “instalação na precariedade”. Ao conjunto dos tradicionais “despossuídos” do passado, agora se junta uma

legião de “deserdados”, às vezes com níveis médios de instrução relativamente elevados, em virtude do crescente fracionamento da antiga classe média (POCHMANN, 2004).

Portanto, o sistema econômico atual tem por objetivo principal a acumulação do capital em escala crescente, gerando assim uma grande massa de despossuídos. Para tentar minimizar esse fenômeno, o governo vem ampliando as ações dos programas assistenciais via transferência de renda. Trata-se, portanto, de medidas paliativas uma vez que os referidos programas são meramente compensatórios e não modificam as velhas estruturas da sociedade.

2.2 Insegurança Alimentar

Levando em consideração a concentração da renda é possível observar que a ausência de recursos financeiros coloca em estado de vulnerabilidade uma parcela considerável da população brasileira, no que diz respeito a alimentação.

Nas palavras de Hoffmann (1994), considera-se que uma população se encontra em situação de segurança alimentar quando todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável, ou seja, dispõem de renda para comprar os alimentos. Por outro lado, Salles-Costa *et. al.* (2008) disseram que a insegurança alimentar é determinada principalmente pela pobreza e pelas desigualdades sociais.

Com efeito, milhares de brasileiros apresentam rendimentos tão baixos que estão enquadrados em uma situação de insegurança alimentar. Ainda de acordo com os autores citados anteriormente, a renda familiar *per capita* influencia diretamente a situação alimentar do grupo, ou seja, quanto menor o rendimento auferido pela pessoa maior será a sua predisposição para a carência alimentar (Salles-Costa *et. al., op. cit.*).

Essa situação também pode ser observada em várias regiões do mundo, conforme destacam Pimentel *et. al.* (2009, p. 2):

No mundo 850 milhões de pessoas passam fome, das quais 300 milhões são crianças. Diante deste panorama, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, em setembro de 2000, a Assembleia do Milênio, onde foi apresentado um conjunto de metas para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza.”

Para o Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada em 2004, apontam que 72 milhões de pessoas convivem com a experiência de passar fome associada à falta de recursos para aquisição de alimentos. O que mostra que o problema da fome no Brasil não se deve a escassez de alimentos (o país é um dos maiores produtores mundiais), mas sim à pobreza de grande parte da população (PNAD, 2004).

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), proposta e validada para o Brasil por Segall-Corrêa, classifica as famílias em quatro categorias: (a) segurança alimentar; (b) insegurança alimentar leve (IA leve); (c) insegurança alimentar moderada (IA moderada) e (d) insegurança alimentar grave (IA grave) (SALLES-COSTA *et. al.*, *op. cit.*).

Em uma pesquisa realizada em Duque de Caxias/RJ, pela autora supramencionada, observou-se que as condições socioeconômicas influenciam diretamente a insegurança alimentar, conforme relato da mesma:

Os dados apresentados evidenciam a dimensão da insegurança alimentar frente às condições socioeconômicas da população investigada. O município de Duque de Caxias representa pólo importante de geração de renda, concentra grande número de indústrias e de estabelecimentos comerciais, possui o sexto maior Produto Interno Bruto entre os municípios brasileiros e é o segundo município com maior arrecadação do estado do Rio de Janeiro. No próprio distrito estudado localiza-se a segunda maior refinaria de petróleo do País. Entretanto, os dados apresentados revelam que a situação social e econômica da população dessa região é incoerente com a riqueza gerada no município. A desigualdade na distribuição de renda e no acesso a bens e serviços, resultante da exclusão social, compromete as condições de alimentação. Ações de responsabilidade social que visem à garantia da segurança alimentar são necessárias nessa área, tanto por parte do poder público como da iniciativa privada (SALLES-COSTA *et. al.*, 2008, p. 9).

Os números da PNAD apontaram que 65,2% dos domicílios particulares no Brasil estavam enquadrados na categoria segurança alimentar. Por outro lado, 34,8% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar (IA), onde residiam pouco mais de 72 milhões de pessoas (39,8% dos moradores), ou seja, essas pessoas viviam em unidades domiciliares nas quais as condições de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) estavam presentes (**Tabela 1**).

Tabela 1
Brasil: domicílios particulares e moradores em domicílios particulares, por situação do domicílio, segundo a situação de segurança alimentar (2004)

Situação de segurança alimentar existente no domicílio	Domicílios particulares			Moradores em domicílios particulares (1)		
	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
		Urbana	Rural		Urbana	Rural
Números absolutos						
Total (2)	51 802 121	43 820 614	7 981 507	181 428 807	150 529 088	30 899 719
Com segurança alimentar	33 754 206	29 242 599	4 511 607	109 190 429	93 721 824	15 468 605
Com insegurança alimentar	18 024 439	14 556 572	3 467 867	72 163 886	56 736 950	15 426 936
Leve	8 308 975	6 923 966	1 385 009	32 645 194	26 697 916	5 947 278
Moderada	6 364 308	5 003 621	1 360 687	25 596 991	19 561 233	6 035 758
Grave	3 351 156	2 628 985	722 171	13 921 701	10 477 801	3 443 900
Números relativos (%)						
Total (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com segurança alimentar	65,2	66,7	56,5	60,2	62,3	50,1
Com insegurança alimentar	34,8	33,2	43,4	39,8	37,7	49,9
Leve	16,0	15,8	17,4	18,0	17,7	19,2
Moderada	12,3	11,4	17,0	14,1	13,0	19,5
Grave	6,5	6,0	9,0	7,7	7,0	11,1

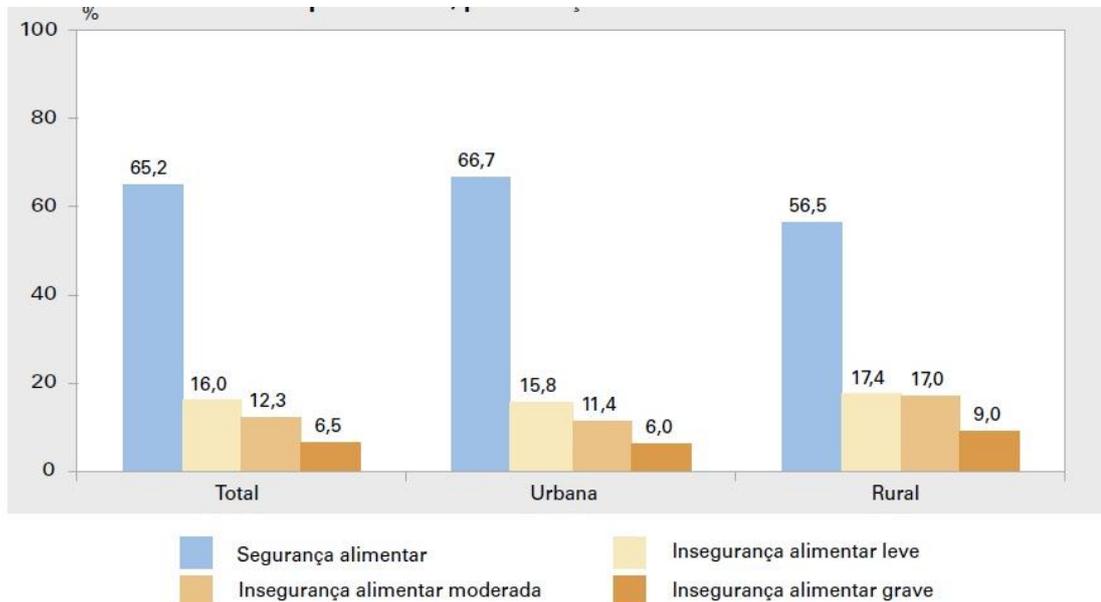
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Exclusive os moradores cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de situação de segurança alimentar

A pesquisa mostrou ainda que no meio rural estava a maior prevalência de domicílios nas condições de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave), bem como a maior proporção de pessoas vivendo nessas condições. Enquanto na área urbana 15,8%, 11,4 % e 6% dos domicílios estavam enquadrados nas condições de insegurança alimentar leve, moderada e grave, respectivamente, no meio rural, os percentuais apontavam para 17,4%, 17% e 9%, respectivamente (**Gráfico 3**).

Gráfico 3

Brasil: prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, por situação do domicílio (2004)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A desigualdade regional é confirmada mais uma vez quando analisada a situação de residência da população, se urbana ou rural. No Norte e Nordeste, por exemplo, a insegurança alimentar grave apresentou proporções mais elevadas na área rural, em relação às demais regiões analisadas.

Nos estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, verificaram-se proporções decrescentes da insegurança alimentar leve à insegurança alimentar grave. Na região Norte, a insegurança alimentar grave variou de 3,9%, em Rondônia, a 15,8%, em Roraima, com valores intermediários nos demais estados. No Nordeste, a maior prevalência da insegurança alimentar grave foi encontrada nos domicílios do Maranhão (18%) e Paraíba (15,1%) e a menor foi encontrada em Sergipe (3,7%). As diferenças entre as Unidades da Federação de uma mesma Grande Região foram menores no Centro-Oeste, onde a maior prevalência foi de 5%, no Mato Grosso do Sul, e a menor, 4,1%, no Distrito Federal. No Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul apresentaram, respectivamente, 2,0% e 4,0% dos domicílios enquadrados na situação de insegurança alimentar grave. No Sudeste, a prevalência máxima foi de 4,5%, em Minas Gerais, e a mínima de 3,4%, em São Paulo (**Gráfico 4**).

Gráfico 4

Brasil: prevalência de situação de segurança alimentar em domicílios particulares, segundo as Unidades da Federação (2004)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

2.3 Segregação Socioespacial

Nas grandes cidades de hoje é cada vez mais fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro de negócios, adiante o bairro boêmio onde se desenrola a vida noturna, mais à frente o distrito industrial, ou ainda o bairro proletário. Assim, facilmente identifica-se a segregação nas cidades e também no campo, como em outros lugares.

Em relação a uma nova ordem de segregação mundial, Veltz *apud* Carvalho e Pereira (2007, p. 1) escreveu o seguinte:

Em termos internacionais, esse debate tem sido marcado pelas contribuições teóricas de autores como Sassen (1991), ou Borja e Castels (1997), que ressaltam como o desenvolvimento espetacular de técnicas que comprimem o tempo e quase eliminaram a distância, a financeirização da riqueza e outras características da sociedade “pós-industrial” viabilizaram a constituição de um espaço mundial de acumulação; conformaram uma nova geografia e uma arquitetura produtiva que qualifica e desqualifica espaços em função de fluxos mundializados e nas quais cidades, pólos e regiões integram uma rede imensa e globalizada onde grandes empresas valorizam seus capitais em um número crescente de áreas e atividades, produzindo rápidas mudanças na divisão territorial do trabalho.

Toda cidade apresenta um espaço fragmentado e com diferenciação em sua forma e função. Em muitas delas, principalmente nos grandes centros urbanos, existem diversos subespaços: comerciais, industriais, de lazer, de serviços, de moradia, etc.

Em relação ao último aspecto citado no parágrafo anterior, pode-se dizer que vários fatores influenciam o processo de segregação do espaço, entre eles a desigualdade na distribuição da renda. Assim sendo, as camadas mais abastadas da sociedade vão habitar os melhores locais da cidade, geralmente dotados de completa infraestrutura (ruas pavimentadas, arborizadas e iluminadas, serviço regular de coleta de lixo, de telefonia e de saneamento básico, etc.).

Por outro lado, as pessoas que possuem baixo poder aquisitivo acabam sendo compelidas para as áreas mais distantes, onde a carência em infraestrutura é bastante visível. Esses bairros são geralmente esquecidos pelo poder público, de modo que os problemas acabam se tornando crônicos, repercutindo sobre a saúde e qualidade de vida dos seus moradores.

Em relação as estruturas urbanas, Prêteceille (2003) ressalta que elas não podem ser interpretadas como um efeito direto das transformações recentes, pois constituem uma herança histórica da economia e da sociedade no longo prazo, centralizada tanto nas estruturas materiais do espaço construído como nas formas sociais de valorização simbólica e de apropriação. Partindo da mesma ideia, Carvalho e Pereira (2007, p. 2) mencionam que:

Acompanhando esse debate, estudos efetuados sobre as grandes metrópoles da América Latina e do Brasil (Janoschka, 2002; Sabatini, 2003; Sabatini; Cáceres; Cerda, 2004; Mattos, 1999, 2004; Shapira, 2000; Duhau, 2005; Ribeiro, 1999; Taschner; Bogus, 1999; Borsdor, 2003) têm evidenciado principalmente a estabilidade das estruturas social e urbana nessas cidades. Persiste, em longa escala, o tradicional padrão periférico de segregação, em que as camadas de alta e média renda se concentram nas zonas centrais ou em uma direção geográfica determinada, enquanto os grupos de mais baixa renda se aglomeram em extensas áreas de pobreza, especialmente nas periferias mais distantes e pior equipadas.

Tendências dessa ordem vêm interferindo na conformação do espaço e na apropriação diferenciada pelas diversas categorias sociais. Esse panorama também começa a se esboçar nas pequenas cidades do interior do país, a exemplo de Bananeiras, objeto de investigação dessa pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Localização e Caracterização do Município

O município de Bananeiras está localizado na mesorregião do Agreste Paraibano e na microrregião do Brejo Paraibano, estando a sede inserida entre as coordenadas geográficas de 6.75° sul e 35.63° oeste (**Figura 1**). O mesmo possui uma área de 258 km² e uma população de 21.851 habitantes, estando a 141 km de distância da capital do Estado (João Pessoa) e a 71 km da cidade de Campina Grande (IBGE, 2010).



Figura 1: Localização da sede municipal de Bananeiras

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012).

Segundo Rodriguez *et. al. apud* Barros (2009), as características naturais são marcantes do brejo. Destacada de rico potencial natural, a cidade de Bananeiras está situada a 556 metros de altitude, com temperatura média anual de 22°C, chegando a atingir 15°C entre os meses de maio a agosto.

Desde os primórdios o município já mostrava uma grande vocação econômica, pois foi o segundo maior produtor de café da região Nordeste no fim do século XVIII e já se destacou na produção de cachaça e rapadura (BARROS, 2009).

Atualmente o ciclo econômico do município gira em torno do turismo, uma vez que as características naturais se destacam na paisagem, o que chamou a atenção do poder público para estimular meios para atrair investimentos neste setor, e que ao mesmo tempo impulsionou o setor imobiliário privado, que trouxe vários empreendimentos (construção de loteamentos e condomínios residenciais). Estes últimos estão atraindo os promotores imobiliários para a cidade.

A gestão pública municipal foi a maior responsável pela vinda desses investimentos, uma vez que a Lei municipal nº 313/2005 concedeu tratamento fiscal especial aos empreendimentos voltados à área de turismo e lazer. Através dela o poder público isentou esses empreendimentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pelo prazo de dez (10) anos e ainda cinco (5) anos de isenção de pagamento de imposto de qualquer natureza, com o propósito de estimular a construção civil.

Por outro lado, a população mais carente continua sendo obrigada a arcar com as consequências, inclusive com a obrigação de pagar os impostos que foram liberados para as pessoas de alto poder aquisitivo. Vale ressaltar ainda que a maioria das transações imobiliárias é feita por pessoas que residem em outras cidades, ou até em outros Estados da região, a exemplo de Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Hoje em Bananeiras, dependendo da localização, em média um lote simples medindo 10x25m gira em torno de R\$ 20.000,00 a 25.000,00 (loteamentos externos). Já um terreno localizado dentro de um condomínio fechado (**Figura 2**), medindo 15x30m, apresenta um preço de R\$ 40.000,00 em média. Por fim, uma casa construída dentro de um condomínio fechado (modelo chalé), pode ser adquirida por cerca de R\$ 200.000,00. Algumas chegam a valer muito mais, conforme relatou um dos corretores.



Figura 2: Planta do condomínio Águas da Serra

Fonte: http://condominioaguasdaserre.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=11&Itemid=9. Acesso em 22/Nov/2012.

Desde 2005, após a publicação da Lei municipal nº 313, os empreendimentos se multiplicaram por todo o município, tanto na zona urbana quanto zona rural. Segundo informações do Departamento de Administração Tributária do município de Bananeiras (2012), entre 2005 e junho deste ano registrou-se 16 empreendimentos imobiliários no município, sendo nove (9) condomínios residências horizontais e sete (7) loteamentos, totalizando 3.335 lotes com mais de 487 novas construções. Ainda não fazem parte desta lista alguns empreendimentos que aguardam aprovação da prefeitura municipal.

Em contraste com as construções de luxo desses condomínios, é possível perceber que o município apresenta um significativo nível de pobreza, com taxa superior a metade de sua população. De acordo com o mapa da pobreza divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), cerca de 58,12% da população de Bananeiras vivia em situação de pobreza, o que contrasta com o crescimento dessas áreas de expansão do capital imobiliário.

Vale ressaltar ainda que a partir de sua aprovação, todos os loteamentos e condomínios devem oferecer infraestrutura pronta aos seus moradores, tais como energia elétrica, água e esgoto, além de calçamento e área verde. Interessante que

o próprio município carece dessa infraestrutura, de modo que grande parte da população vive em áreas onde esses serviços são deficitários.

3.2 Resultados da Pesquisa de Campo

Através dos trabalhos de campo foi possível apreender os contrastes na paisagem: de um lado, os bairros habitados pela população mais carente; de outro, a disseminação de loteamentos e condomínios fechados equipados com segurança 24 horas e dotados com infraestrutura que lembra os *resorts* localizados no litoral.

Para compreender a opinião da população sobre o crescimento econômico do município, foram entrevistadas 20 pessoas de várias idades e situações socioeconômicas distintas.

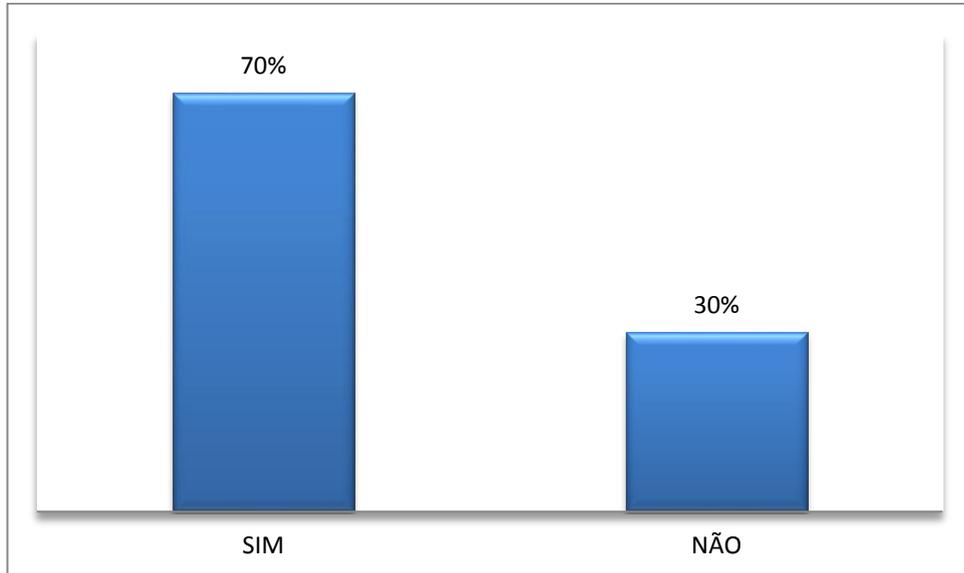
Percebeu-se no decorrer da pesquisa que a implantação dos empreendimentos imobiliários no município não beneficiou diretamente toda a população. No entanto, todas as pessoas que foram ouvidas concordaram com o crescimento econômico de Bananeiras e 70% delas informaram que se beneficiaram de alguma forma (**Gráfico 5**), algumas alegando que houve um ligeiro aumento na oferta de emprego.

Por outro lado, 30% dos entrevistados afirmaram que não tiveram nenhum benefício, pois os empreendimentos trouxeram desenvolvimento apenas para os “grandes” e não para a população mais carente, que por sua vez não tem acesso a esses locais.

A pesquisa visou também confrontar o crescimento econômico e a situação de pobreza, uma vez que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), mostraram que mais da metade da população bananeirense (58,12%) vivia em situação de pobreza. Assim, 80% dos entrevistados afirmaram que a pobreza havia diminuído e 20% acharam que nada mudou nesse tempo, ou seja, que está tudo da mesma maneira ou que não houve mudança significativa.

Gráfico 5

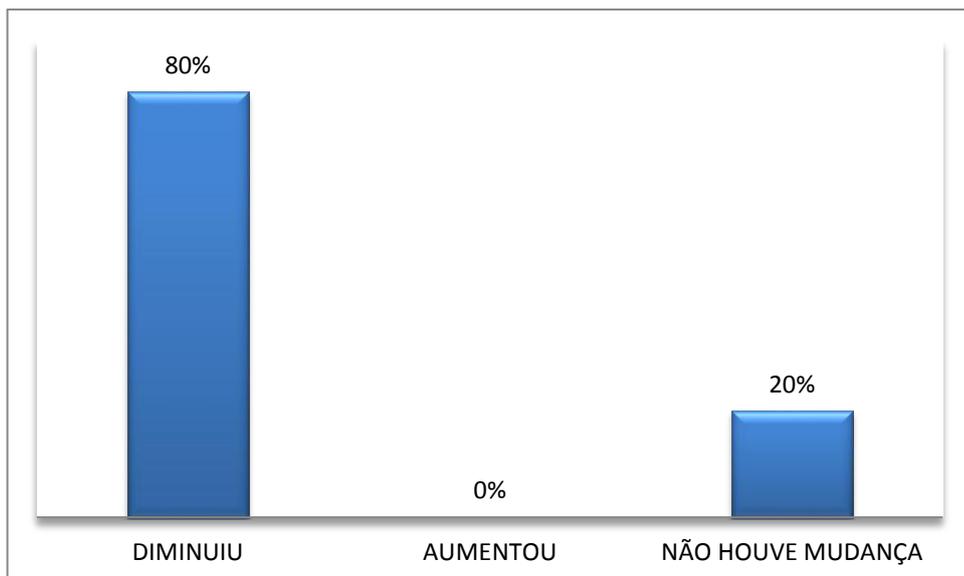
Grau de percepção da população entrevistada em relação aos benefícios trazidos pela implantação dos empreendimentos imobiliários



Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012

Gráfico 6

Grau de percepção da população entrevistada em relação à incidência de pobreza no município

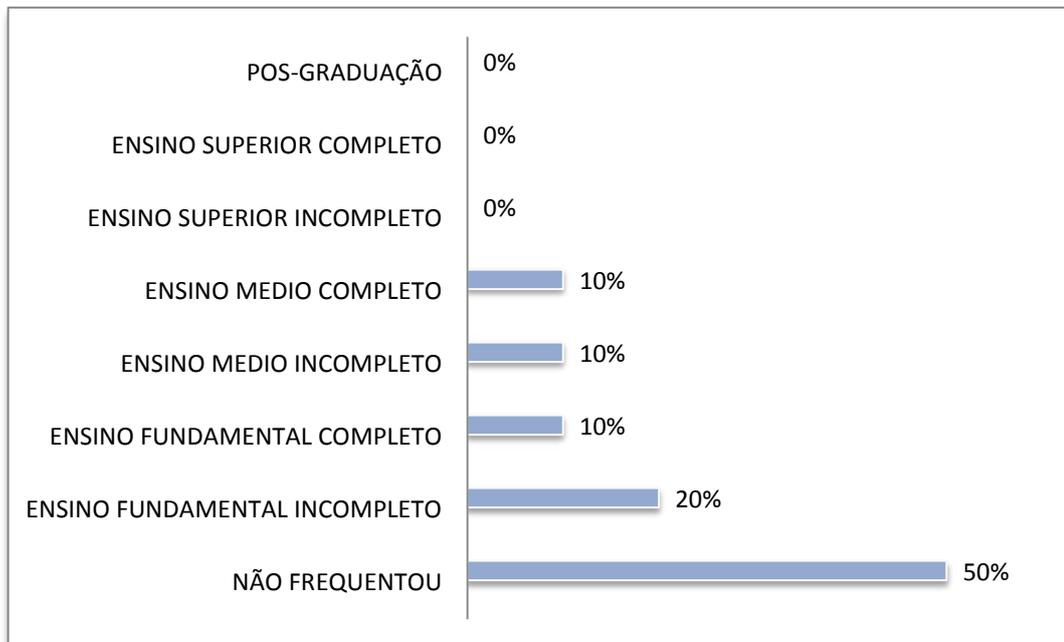


Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012

Como foi colocado no gráfico acima, a maioria dos entrevistados observou que houve uma redução do número de pobres no município. Cerca de 90% apontaram que o governo federal é o principal responsável por essa mudança, através dos programas sociais de transferência de renda para os mais pobres, ocasionando uma melhoria de vida para uma parcela até então desfavorecida economicamente.

Constatou-se, no entanto, que o nível de instrução dos chefes de família (**Gráfico 7**) ainda é muito baixo, o que reflete diretamente na questão da segurança alimentar, bem como no rendimento de sua família. Por apresentarem poucos anos de estudo, essas pessoas encontram grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho local. A pesquisa mostrou também que nem todos os integrantes possuem trabalho fixo e muitos estão desempregados. Metade dos entrevistados afirmou que apenas um membro da família possui ocupação remunerada.

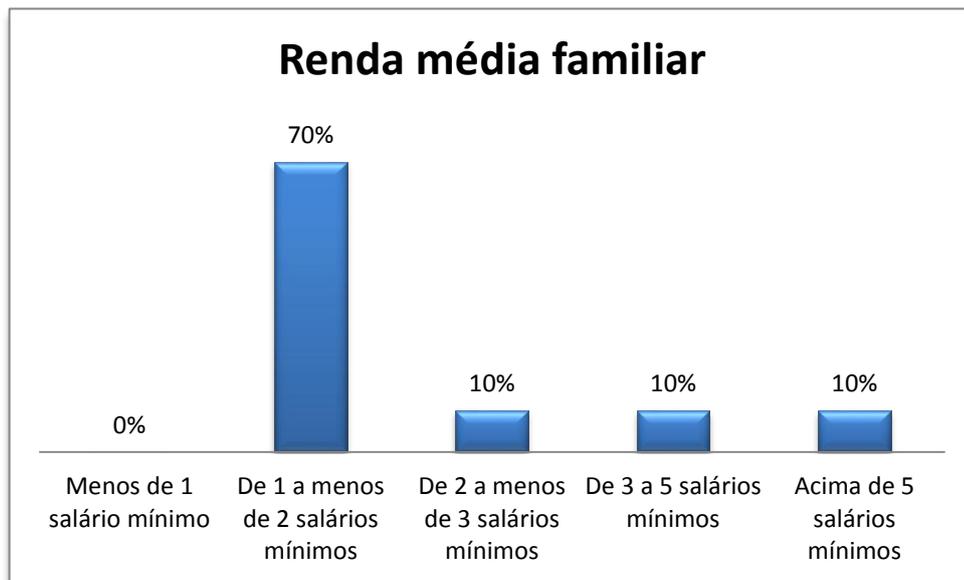
Gráfico 7
Nível de instrução dos chefes de famílias



Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.

Como foi comentado no parágrafo anterior, o nível de instrução tem ligação direta com a situação financeira familiar. A pesquisa mostrou que 70% dos entrevistados recebem entre 1 e menos de 2 salários mínimos (**Gráfico 8**).

Gráfico 8
Renda média familiar



Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.

Percebesse que os dados obtidos trazem um panorama preocupante em relação a real situação da população do município de Bananeiras, uma vez que a mesma apresenta números desfavoráveis em vários fatores, como o caso do nível de instrução, que como foi posto, dificulta a inclusão dos mesmos no mercado de trabalho local, pois a falta de qualificação interfere diretamente em sua contratação.

Por fim, esperasse do poder público municipal medidas que possam compensar essa situação, com o intuito de oferecer mais oportunidades de empregos e geração de renda a porção da população mais carente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa foi possível observar o grande desafio relacionado às políticas públicas para combater e/ou minimizar os efeitos nocivos da pobreza, com base no equacionamento das desigualdades sociais. Com efeito, sabe-se que o sistema econômico vigente amplia cada vez mais a concentração de capitais, monopoliza a produção e a comercialização de mercadorias, determina o grau de exploração da força de trabalho, empurrando para a margem milhares de indivíduos com elevado potencial produtivo.

Apesar de todo o crescimento econômico exibido por muitos países, inclusive o Brasil, a pobreza se revela em taxas muito altas, pois a acumulação do capital e a má distribuição de renda ainda são os grandes vilões dessa história.

O município de Bananeiras, objeto de investigação dessa pesquisa, nos últimos anos vem apresentando um grande salto em sua economia, com o desenvolvimento do turismo e com os investimentos na implantação de loteamentos e condomínios fechados, embora os efeitos não beneficiem todos os seus habitantes. Na verdade, esses empreendimentos pertencem e/ou são habitados em sua grande maioria por pessoas oriundas de outras cidades e até mesmo de outros estados da federação, o que mostra que o poder aquisitivo da maioria da população não permite o acesso a esses luxuosos ambientes que foram desenvolvidos para atender aos turistas.

É possível observar que houve um pequeno aumento na geração de emprego e renda, no entanto as melhores oportunidades estão sendo ocupadas por pessoas de fora do município, pois a falta de qualificação exclui os cidadãos dessa fatia do mercado de trabalho.

Nota-se também que é preciso maior investimento do poder público para suprir algumas carências enfrentadas pela população de baixa renda: melhorias no saneamento básico (água tratada, coleta de esgoto, destino do lixo), no serviço de saúde, na educação e segurança, nas políticas habitacionais, etc.

Por fim, gostaríamos de deixar registrado que não somos contrários à chegada desses empreendimentos, mas acreditamos que o poder público seja capaz de promover a inclusão das pessoas da localidade através da geração de emprego, da qualificação para o mercado de trabalho e da melhoria do sistema de ensino. A educação constitui um caminho para o verdadeiro desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2000 (Coletânea de normas).

BARROS, Ricardo Paes de, HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Rev. bras. Ciências Sociais*. [online]. 2000, vol. 15, n. 42, p. 123-142.

BARROS, Marina Carla Cassimiro. **Fatores determinantes do investimento imobiliário e perspectivas socioeconômicas**: estudo de caso no município de Bananeiras - PB. 69 p. Monografia (Bacharel em Administração de Empresas). Bananeiras/PB - Campus III da UFPB, 2009.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil, a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CAPAVERDE, Vanísia de Sousa Santos. **Exclusão social no Brasil**. Fórum brasileiro de segurança pública. Disponível em <http://www2.forumseguranca.org.br/node/21896>. Acesso em 13/Out/2012.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Dinâmica metropolitana e segregação sócioespacial**. *Cad. CRH* [online]. 2007, vol.20, n.50, pp. 261-279.

CATTANI, Antônio David. **Desigualdades socioeconômicas**: conceitos e problemas de pesquisa. *Sociologias*, Dez 2007, n. 18, p. 74-99.

CATTANI, Antônio David e FERRARINI, Adriane Vieira. **Participação, desenvolvimento local e política pública**: estratégias articuladas para a superação da pobreza. *Rev. katálysis*, 2010, vol. 13, n. 2, p. 164-172.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). **Panorama social da América Latina 2003**. Organizações das Nações Unidas (ONU), 2003. Disponível em <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/1/11871/Pobreza%20e%20mercados.pdf>. Acesso em: 05/Out/2010.

_____. **Panorama social da América Latina 2010**. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/41806/PSP-panoramasocial2010.pdf>. Acesso em: 05/Out/2010.

CORRÊA, A. J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira**. Piracicaba: UNIMEP, 1998. 260 p.

COSTA, Ana Clara. **PIB fraco faz Brasil perder posto de 6ª economia do mundo**. Revista Exame, versão *on line*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/pib-fraco-faz-brasil-perder-posto-de-6a-economia-do-mundo>. Acesso em 27/Set/2012.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Economia**. Estudos Avançados, 12 (34), 1998.

_____. **Crise econômica e transição democrática**. São Paulo: Klaxon, 1996.

_____. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Carlos Roberto; SOUZA, Solange de Cássia inforzato de. **"Aposentadorias e Pensões" e desigualdade da renda: uma análise para o Brasil no período 1998-2003**. Rev. econ. contemp., 2008, vol.12, no.1, p.41-66.

HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil**. Estud. av., Ago. 1995, vol. 9, n. 24, p.159-172.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa da pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1293&id_pagina=1. Acesso: 05/Out/2011.

_____. **IBGE cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. João Pessoa: IDEME, 2008. Disponível em: http://www.ideme.pb.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=395&Itemid=24&Itemid=105. Acesso em: 05/Out/2011.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **Comunicado IPEA n. 155. A Década Inclusiva (2001-2011):** Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf. Acesso em 01/Out/2012.

MAGALHÃES, Domiciano Marcos. **Estudo da pobreza no vale do Paraíba**. 2004. 147 pág. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos – SP: 2004.

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento sustentável**. Projeto educar, USP. São Paulo: 2011. Disponível em: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html. Acesso em 18/Nov/2011.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física: Ciência Humana?**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1991.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica**. Saúde soc., Jun 2003, vol. 12, n. 1, p.7-11.

MOREIRA, Renata Couto, BRAGA, Marcelo José, CARVALHO, Fátima M. Andrade de, LIMA, João Ricardo Ferreira de e SILVA, José Maria Alves da. **Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2009, vol.47, n.4, pp. 919-944.

PARAÍBA (2005b). **Lei nº 313/2005**. Concede tratamento fiscal especial a empreendimentos voltados á oferta de meio de hospedagem para turismo e lazer e dá outras providências. Secretaria de Cultura e Turismo de Bananeiras, 2005.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD. **Segurança Alimentar**. IBGE, Brasil: 2004. Disponível em www.ibge.gov.br/home/.../suplalimentar2004/default.shtm. Acesso em 02/Nov/2012.

PIMENTEL, Patrícia Gomes, SICHIERI, Rosely e SALLES-COSTA, Rosana. **Insegurança alimentar, condições socioeconômicas e indicadores antropométricos em crianças da Região Metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil***. R. bras. Est. Pop., Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 283-294, jul./dez. 2009.

POCHMANN, Marcio. **A Exclusão social no Brasil e no mundo**. Disponível em <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio016.htm>. Acesso em 13/Out/2012.

PORTO, Maria Stela Grossi. **A violência entre a inclusão e a exclusão social**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 12(1): 187-200, maio de 2000.

PRÉTECEILLE, Edmond. **A evolução da segregação social e das desigualdades urbanas: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas**: Caderno CRH, Salvador, n. 38, p. 27-48, jan./jun. 2003.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (2000)**. Brasil: 2000. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/>. Acesso em: 05/Out/2011.

ROGERS, Gerry. **What is special about social exclusion approach?** In: GARRY ROGERS, Charles Gore & FIGUEIREIDO, José (orgs.). **Social exclusion: rethoric, reality, responses**. USA, International Institute for Labor Studies, 1995.

SALLES-COSTA, Rosana, PEREIRA, Rosângela Alves et. al. **Associação entre fatores socioeconômicos e insegurança alimentar: estudo de base populacional na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil**. Rev. Nutr., Campinas, 21(Suplemento): 99s-109s, jul./ago., 2008.

SANTOS, Tania Steren dos. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital**. Sociologias, Porto Alegre, ano 3, n. 6, jul/dez 2001, p. 170-198.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. Rev. *katálysis*, 2010, vol. 13, n. 2, p.155-163.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 – Questionário Aplicado aos Moradores do município

**CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC**
TEMA: Crescimento Econômico e Pobreza no Município de Bananeiras
AUTOR: Flávio Daniel da Silva
ORIENTADOR: Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas

QUESTIONÁRIO

1. Em sua opinião, o município de Bananeiras/PB vem crescendo nos últimos anos?

SIM () NÃO ()

Observação: _____

2. Você de alguma forma se beneficia deste crescimento?

SIM () NÃO ()

Observação: _____

3. Você acha que a implantação dos empreendimentos imobiliários (loteamentos e condomínios) trouxe benefícios ao município?

SIM () NÃO ()

Observação: _____

4. Você se beneficia das implantações dos mesmos?

SIM () NÃO ()

Observação: _____

5. Você acha que a pobreza diminuiu ou aumentou?

SIM () NÃO ()

Observação: _____

6. Você acha que o poder municipal tem desenvolvido programas sociais para diminuir a pobreza?

SIM () NÃO ()

Observação: _____

7. Qual o nível de escolaridade do chefe da família?

- () Não Frequentou
- () Ensino Fundamental Incompleto
- () Ensino Fundamental Completo
- () Ensino Médio Incompleto
- () Ensino Médio Completo
- () Ensino Superior Incompleto
- () Ensino Médio Completo

8. Quantas pessoas de sua família trabalham?

- () nenhuma pessoa
- () 1 pessoa
- () 2 pessoas
- () 3 pessoas
- () 4 pessoas
- () 5 pessoas
- () Mais de 5 pessoas

9. Qual a renda média de sua família?

- () Menos de 1 salário mínimo
- () De 1 a menos de 2 salários mínimos
- () De 2 a menos de 3 salários mínimos
- () De 3 a 5 salários mínimos
- () Acima de 5 salários mínimos

10. Quantas pessoas trabalham na formalidade e na informalidade?

Quantas na Formalidade: _____

Quantas na Informalidade: _____

Observação: _____

11. Sua família recebe algum auxílio do governo? (Ex. Bolsa Família)

SIM () NÃO ()

12. Quais as sugestões e/ou críticas que o senhor aponta?

APÊNDICE 2 – Fotos do município e alguns empreendimentos



Figura 1: Vista parcial do município de Bananeiras.
Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.



Figura 2: rua Santo Antônio, acesso para o Condomínio Caminho da Serra
Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.



Figura 3: Vista parcial do Condomínio Caminho da Serra
Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.



Figura 4: Casa no Condomínio Águas da Serra
Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.



Figura 5: Casa no Condomínio Águas da Serra
Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.



Figura 6: Condomínio Serra Nevada
Fonte: Flávio Daniel da Silva, 2012.



Figura 7: Área de lazer Condomínio Águas da Serra
Fonte: Marina Silva, 2009.



Figura 8: Entrada do Condomínio Águas da Serra
Fonte: Marina Silva, 2009.

ANEXO

ANEXO 1 – LEI MUNICIPAL 313/2005**ANEXO A - LEI Nº 313/2005****ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
GABINETE DA PREFEITA**

LEI Nº 313/2005.

Concede tratamento fiscal especial a empreendimentos voltado à oferta de meios de hospedagem para turismo e lazer e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE BANANEIRAS APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, pelo prazo de dez anos, os proprietários de imóveis, terrenos e edificações, destinados ao funcionamento de equipamentos voltados à oferta de meios de hospedagem para turismo e lazer.

§ 1º - O prazo de fruição do benefício fiscal estabelecido no *caput* deste artigo terá início a partir da data de expedição ou renovação do alvará:

- I. para realização das obras e serviços de engenharia destinados à construção, reforma, ampliação e/ou adaptação de imóvel visando à destinação prevista no *caput* deste artigo;
- II. de funcionamento de empreendimento com a destinação descrita no *caput* deste artigo.

§ 2º - A edificação locada e destinada aos fins capitulados neste artigo não gozará do incentivo aqui estabelecido.

Art. 2º - As empresas que se instalarem, a partir da vigência desta lei, com sede e foro no município de Bananeiras, cuja atividade empresarial principal, devidamente consignada nos atos constitutivos e/ou estatutos, for à oferta de meios de hospedagem são isentas do pagamento de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo prazo de cinco anos, contados a partir do início de suas atividades.

§ 1º - Do sexto ao sétimo ano de atividade, as empresas enquadradas no *caput* deste artigo, gozarão de redução de 50% (cinquenta por cento) na alíquota de ISSQN incidente sobre os serviços de hospedagem.

§ 2º - Equipara-se a novo empreendimento, para os fins da isenção prevista no *caput* deste artigo e para a redução de alíquota disciplinada no parágrafo anterior, as empresas que, após o início da vigência desta lei, realizarem investimentos de modo a ampliar sua capacidade instalada em relação à oferta de meios de hospedagem.

§ 3º - Na Lista de serviços, constante do Anexo I, da Lei Municipal n.º 224/2002, o Item 58, alínea "d", a alíquota prevista é de 1% (um por cento).

§ 4º - Fica acrescido à mesma lista de serviços, no Grupo B, o Item 07 – Atividade de Transporte Escolar, 1% (um por cento).

Art. 3º - As obras e serviços de engenharia com vistas à instalação, ampliação, reforma, manutenção e/ou adaptação de imóveis para a oferta de meios de hospedagem ficam isentas da incidência de ISSQN até 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo único: Equipara-se, para os fins previstos nesta Lei, a meio de hospedagem às edificações erguidas em condomínios fechados voltados, principalmente, para o lazer.

Art. 4º - Os proprietários de imóveis urbanos tombados por órgãos de preservação do Patrimônio Histórico, Geográfico, Artístico ou Natural, poderão receber restituição do IPTU efetivamente pago, a partir do exercício de 2006, respeitadas as condições a seguir enumeradas:

- I. comprovação de que aplicou, no mínimo, o mesmo valor do IPTU pago na manutenção e conservação do Imóvel no exercício anterior;
- II. apresentação de atestado do órgão responsável pelo tombamento do imóvel de que as características arquitetônicas originais estão preservadas e o imóvel em perfeitas condições de uso;
- III. inexistência de débito junto à fazenda Municipal;
- IV. existência de dotação orçamentária específica.

Parágrafo Único: Anualmente, a partir do exercício financeiro de 2007, constará no Orçamento Geral do Município rubrica orçamentária específica para custear as despesas decorrentes da implementação do benefício fiscal instituído neste artigo.

Prefeitura Municipal de Bananeiras, 30 de novembro de 2005.

Marta Eleonora Aragão Ramalho
Prefeita Municipal

ANEXO 2 – RELAÇÃO COM QUANTIDADES DE CONDOMÍNIOS, LOTEAMENTO E CONSTRUÇÕES.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BANANEIRAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

RELAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS E LOTEAMENTO PERÍODO DE 2005 A 06/2012

	QUANTIDADE	LOTES
CONDOMÍNIOS	09	2.735
LOTEAMENTOS	07	600
		TOTAL DE LOTES
		3.335

CONSTRUÇÕES						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	32	30	156	41	55	47
						35
						39
TOTAL GERAL						435

2007	CONDOMÍNIO SERRA NEVADA
CONSTRUÇÃO	52 CHALES

BANANEIRAS, 30 DE JULHO DE 2012

Rua Cel. Antonio Pessoa, nº 375 – Centro – Bananeiras-PB – CEP 58220-000
 Fone: (83) 3367-1791 Fax: (83) 3367-1080
 E-mail: pmbananeiraspb@aol.com Site: bananeiras.pb.gov.br



Bananeiras
 Prefeitura Municipal
 Para todos